

Resoluções do XXI Congresso Nacional dos Pós-Graduandos

1. Manutenção da autonomia e independência da ANPG perante governos, partidos e empresas;
2. Apoio ao programa de mudanças aprovado nas eleições de 2006 para Presidente da República;
3. A Amazônia é nossa! Defesa da soberania brasileira sobre essa região estratégica, com ênfase na ocupação científica da Amazônia; contra a intervenção militar norte-americana na Colômbia e as provocações militares em regiões fronteiriças com o Brasil;
4. Defesa da paz e denúncia da política belicista e imperialista dos EUA;
5. Pela autodeterminação dos povos; contra a ingerência imperialista dos EUA e aliados em países que buscam um caminho próprio, como a Venezuela;
6. Fim da ocupação militar no Afeganistão e no Iraque;
7. Fortalecimento do MERCOSUL e da União das Nações Sul-americanas (UNASUL) como instrumentos estratégicos de integração econômica, social e cultural entre os países da região;
8. Apoio às manifestações contra a globalização neoliberal; fortalecimento do Fórum Social Mundial e do Fórum Mundial de Educação como instrumentos de formação de consensos contra as políticas neoliberais;
9. Mudanças imediatas na política macroeconômica, com redução dos juros, e o fim do superávit primário destinado a pagamentos da dívida e do contingenciamento de recursos destinados à C&T e às áreas sociais;
10. Ativa participação no calendário da Coordenação dos Movimentos Sociais;
11. Realização de uma reforma tributária progressiva, que garanta o princípio segundo o qual quem tem mais deve pagar proporcionalmente mais;
12. Preservação do meio-ambiente e uso racional dos recursos naturais; punição exemplar aos poluidores e aos que promovem desmatamentos ilegais; migração dos investimentos em energia para as fontes mais limpas e renováveis;
13. Apoio às iniciativas e campanhas visando a democratização dos meios de comunicação;
14. Continuidade da implementação de políticas públicas contra os preconceitos de raça/etnia, gênero, religião e orientação sexual; defesa do direito de escolha da mulher em relação à interrupção voluntária da gravidez; defesa do direito à união civil homossexual;
15. Retirada gradual das tropas brasileiras do Haiti;

Propostas de Educação:

1. Derrubada dos vetos feitos por Fernando Henrique Cardoso ao Plano Nacional de Educação, sobretudo o que garante 7% do PIB para investimentos em educação

e o que prevê que o percentual de vagas públicas no ensino superior seja de, no mínimo, 40% do total;

2. Apoio à retirada das verbas orçamentárias para educação do mecanismo da DRU (Desvinculação de Receitas da União);
3. Ampliação dos investimentos públicos nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES); aumento gradativo das verbas para as universidades federais em 10% todos os anos (em valores presentes), até que quintuiplicarem de tamanho;
4. Apoio à regulamentação e ao estudo da Universidade Aberta do Brasil com denúncia às experiências que desrespeitam a educação de qualidade e os docentes;
5. Adoção de metas de crescimento quantitativo para as áreas de saúde, engenharias, ciências tecnológicas e ciências agrárias;
6. Aumento das verbas para apoio aos cursos novos já recomendados pelo CTC da Capes, em particular nas regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste;
7. Realização de investimentos nas bibliotecas para a aquisição de obras internacionais e recém-publicadas;
8. Valorização e ampliação do Portal de Periódicos da Capes; apoio à continuidade da política de tornar on-line os periódicos; por políticas que tornem cada vez mais os periódicos, inclusive os estrangeiros, de consulta livre, sem custo, para os pesquisadores brasileiros.
9. Implementação de uma política que induza à ampliação dos periódicos nacionais indexados;
10. Suspensão da validação de diplomas de cursos semi-presenciais no exterior, até que se discuta mais amplamente uma política para esses cursos; não à validação, no Brasil, de diplomas de cursos no exterior que não são reconhecidos dentro de seu próprio país;
11. Estruturação de novo modelo jurídico capaz de garantir maior autonomia técnica, financeira e administrativa para os institutos de pesquisa federais, evitando assim a transformação dessas instituições em Organização Social (OS);
12. Por uma política de capacitação docente que combata a endogenia (formação de equipes docentes pelas mesmas universidades e centros de pesquisas); garantia de recursos financeiros que possibilitem a capacitação de no mínimo 20% do corpo docente de cada unidade por ano; garantia de que os mestrados e doutorados interinstitucionais (Minters e Dinters) tenham o caráter de uma política COMPLEMENTAR de capacitação docente, constituindo-se em exceção e não em regra;
13. Maior mobilidade no credenciamento docente de acordo com o mérito, de forma a facilitar o descredenciamento dos professores improdutivos e facilitando a promoção de docentes com altos níveis de produtividade.
14. Liberdade de organização estudantil, com garantia de espaço físico para as entidades; proibição expressa de punições e perseguições aos líderes estudantis, em particular em instituições militares, confessionais e particulares;
15. Valorização da pós-graduação nos concursos públicos em geral.
16. Criação de um amplo movimento pela Nova Universidade, integrado por personalidades, entidades da sociedade civil e da comunidade acadêmica,

- lideranças políticas e intelectuais interessadas em transformações profundas no ensino superior;
17. Desenvolvimento, pela ANPG, de estudos debates e fóruns com a participação das APG's para a construção de dossiê visando a subsidiar as discussões e a tomada de posição sem as medidas da Reforma Universitária em especial REUNI e PL 7200.
 18. Regulamentação imediata, por decreto presidencial, do princípio constitucional da autonomia;
 19. Contra a criação de fundações estatais de direito privado para os hospitais universitários (PLP 92/2007);
 20. Desenvolver o SINAES e aumentar o rigor na avaliação da educação superior, com punições exemplares às instituições privadas de baixa qualidade e com recursos para que as instituições federais possam sanar deficiências detectadas;
 21. Aprofundar a discussão da estrutura departamental das universidades no intuito de promover a integração do conhecimento.
 22. Atribuição de créditos visando à integralização curricular de atividades extra-sala-de-aula, como os estágios de vivência;
 23. Implementação de um sistema curricular onde projetos de extensão contem créditos ou valham como disciplinas opcionais, desde que bem embasadas teoricamente;
 24. Estabelecimento de novos paradigmas no ensino universitário, onde estudantes, professores, funcionários e comunidade sejam vistos como iguais contribuintes no processo de construção das políticas acadêmicas;
 25. Fim do sistema "livresco" de transmissão do conhecimento; por um sistema de aulas mais interativo e participativo, que não abra mão do rigor na avaliação do conhecimento teórico, mas que exija sua aplicação aos problemas regionais e nacionais;
 26. Mais programas de intercâmbio nos âmbitos regional, nacional e internacional;
 27. Criação de novas formas de conexão entre ensino, pesquisa e extensão.
 28. Regulamentação das fundações de apoio e rediscussão de seu papel nas instituições de ensino superior público;
 29. Paridade na composição dos conselhos e órgãos deliberativos das universidades públicas e particulares; realização de eleições diretas para reitor nas públicas e comunitárias;
 30. Democratização do processo de aplicação do orçamento das universidades, através da participação da comunidade acadêmica de forma paritária;
 31. Tratamento da pós-graduação como política de Estado, através da obrigatoriedade de aprovação e cumprimento dos Planos Nacionais de Pós-Graduação;
 32. Apoio à proposta de transformação dos cursos de pós-graduação lato sensu em cursos de formação continuada;
 33. Contra o nivelamento, para fins de titulação, do mestrado acadêmico com o profissional;
 34. Que o mestrado profissional seja caracterizado como nível de ensino terminal (só quem fez mestrado acadêmico pode seguir no doutorado), em função do caráter

- especial desse tipo de formação, voltado para o mercado de trabalho e não para o exercício de uma docência pautada em pesquisa;
35. Mestrado profissional restrito às áreas e casos justificáveis (há áreas onde não há necessidade de distinção entre o perfil acadêmico e o profissional); apoio à definição de critérios claros para abertura e avaliação de mestrados profissionais;
 36. Contra a proposta de “doutorados profissionais”;
 37. Não aos estágios obrigatórios em docência; implementação de modalidades opcionais de estágio em docência, nas quais o estagiário complementa e auxilia o docente em suas atividades, sem jamais substituí-lo.
 38. Possibilidade da participação de representantes discentes, indicados pela ANPG, nos Comitês de Área (CAs);
 39. Revisão dos critérios de avaliação da Capes com fórum de discussão convocado para essa finalidade, com participação de todos os segmentos interessados;
 40. Contra o uso da sistemática de avaliação da Capes para forçar os programas a reduzirem de forma artificial o tempo de titulação de seus bolsistas;
 41. Contra o sistema pass/fail; atribuição de pelo menos três conceitos de avaliação às dissertações e teses;
 42. Reconhecimento, na avaliação da CAPES, das atividades de extensão com grande relevância social como critério de pontuação;
 43. Reconhecimento, na avaliação da CAPES, do registro de patentes como critério COMPLEMENTAR de pontuação, considerando a relevância social das invenções e evitando que esse critério seja usado para ranqueamento de instituições, o que estimularia a prática de registrar qualquer coisa perdendo-se de vista a qualidade e a relevância daquilo que está sendo patenteado;
 44. Continuidade da rediscussão do valor do livro, ainda insuficientemente valorizado pela CAPES;
 45. Reivindicação de inclusão, como item da avaliação da CAPES, do número de egressos absorvidos por outras instituições;
 46. Pela continuidade da elaboração do qualis de anais de congressos.
 47. Aumento do rigor na avaliação de dissertações e teses;
 48. Língua estrangeira oferecida de forma oficial pela instituição;
 49. Articulação da política de C&T com outras políticas setoriais – em particular a industrial – para fortalecer o desenvolvimento sócio-econômico;
 50. Disciplinamento da relação universidade-empresa com regras que garantam a autonomia universitária e o predomínio do interesse público em detrimento do benefício de grupos ou indivíduos; contra a remuneração direta da empresa ao profissional e a prestação de serviços que ocasione rompimento da dedicação exclusiva; contratação de projetos de estudo e pesquisa exclusivamente através da instituição – que pode ou não remunerar seus pesquisadores por serviços prestados segundo regras transparentes definidas nos órgãos colegiados;
 51. Prestação de serviços nas universidades apenas no caso em que houver ganho para suas missões precípuas de ensino, pesquisa e extensão; prestação de serviços não apenas a empresas, mas também a comunidades e entidades populares;
 52. Garantia de que a pesquisa realizada nos cursos de pós-graduação de nossas universidades e institutos leve também à redução das desigualdades sociais; defesa de uma ciência que reconheça e combata o sofrimento do trabalhador

exposto a longas jornadas, ritmos de trabalho intensos, intoxicação e assédio moral

53. Apoio às leis de incentivo fiscal para promoção de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) em empresas nacionais; (MANUTENÇÃO)
54. Ampliação das linhas do BNDES para a política industrial. Mais recursos de subvenção econômica nas prioridades setoriais da política industrial, nas atividades de P&D de pequenas e médias empresas e na equalização das taxas de juros;
55. Não às limitações à realização de pesquisas na área de tecnologias sensíveis, como a nuclear, cujo desenvolvimento nos países do chamado "3º mundo" encontra-se cada vez mais sujeito a restrições, inibindo o desenvolvimento de setores inteiros da indústria nacional;
56. Estruturar e harmonizar as agências reguladoras de forma a promoverem a inovação na indústria de suas respectivas áreas, incentivando o investimento privado em inovação de processos, produtos e serviços;
57. Pela devida aplicação dos fundos setoriais em compra de equipamentos e tecnologia e/ou em atividade de alto teor tecnológico. (aprovada alteração)
58. Envolvimento, no processo de financiamento da inovação, de outras agências e bancos públicos para além da FINEP e do BNDES (Banco do Brasil, CEF, bancos regionais, etc);
59. Legislação para estimular o investimento de risco; criação de fundos de Venture Capital; criação de fundos para apoiar empresas de base tecnológica (EBTs) nascentes (fundos-semente);
60. Mais incubadoras e arranjos produtivos locais (APLs) para desenvolver a inovação em pequenas e médias empresas; apoio ao Programa de Tecnologias Apropriadas, que visa agregar valor à produção das pequenas propriedades rurais e das micro e pequenas empresas;
61. Programa de estágios tutorados junto a empresas, incubadoras e parques tecnológicos, estabelecendo incentivos à participação de docentes nas atividades das empresas, e de empresários nas atividades docentes;
62. Distribuição harmoniosa dos direitos de propriedade intelectual entre pós-graduando, agência e universidade, para que o pós-graduando-inventor seja estimulado a inventar e anunciar suas descobertas durante a pós-graduação;
63. Investimento em tecnologias que permitam o acesso ao conhecimento, visando a geração de emprego e renda;
64. Elevação do patamar de investimentos em C&T dos atuais para pelo menos 2% do PIB até 2010;
65. Democratização ampla das instâncias de decisão em C&T; maior representação no Conselho Nacional de Ciência & Tecnologia (CCT) da comunidade científica, fortalecimento do Conselho Deliberativo (CD) do CNPq; revisão de sua composição, com participação de todas as regiões do país e de representante da ANPG;
66. Priorização dos investimentos em tecnologias menos poluentes ou que consomem menos recursos naturais;
67. Apoio ao movimento antimanicomial; contra retrocessos na política de saúde mental que vem corretamente ampliando a importância estratégica dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) em detrimento da ênfase sobre a internação.

- Contra a psiquiatrização dos problemas sociais. Contra verbas para pesquisas sobre mapeamento cerebral de infratores;
68. Defesa do Estado laico; contra a intromissão de princípios religiosos na prática científica e nas políticas públicas; defesa de pesquisas com células-tronco oriundas de embriões inviáveis;
 69. Estabelecimento da obrigatoriedade de publicação de ementas e demais materiais didáticos *online*, para livre acesso por qualquer internauta, reforçando o caráter público do conhecimento acadêmico.
 70. Maior utilização das pesquisas pós-graduadas na elaboração de políticas públicas;
 71. Contra o PL 025/2002 do ex-senador Geraldo Althoff (PFL-SC), conhecido como "ato médico", proposta de lei que centraliza nos graduados em Medicina e retira dos profissionais de outras áreas da saúde a competência técnica e legal para prescrever tratamentos;

Ciência, Tecnologia e Políticas de Saúde

1. Defesa da saúde como direito de todos e dever do Estado; defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) como política pública de caráter universal, assim como de seus demais princípios: integralidade, equidade, controle social, descentralização, hierarquização e regionalização.
2. Repúdio às idéias neoliberais que pregam um Estado mínimo na área da saúde, que atenda apenas à população mais pobre, com uma "cesta básica" de serviços. O SUS previsto na Constituição de 1988 não é política focal, e sim universal. Deve atender a todos os brasileiros, e não apenas aqueles que não têm acesso aos planos de saúde.
3. Luta pelo financiamento adequado do Sistema Único de Saúde, passando pela regulamentação da Emenda Constitucional 29 e pelo repúdio à desvinculação e ao contingenciamento de verbas para a Saúde e para as demais áreas sociais. Recursos destinados à Saúde não devem ficar congelados para gerar superávit primário.
4. Debate permanente sobre a relação da saúde com as demais questões que atingem a população brasileira, em especial as consequências danosas da superexploração da força de trabalho pelo atual sistema capitalista.
5. Incentivo à participação efetiva dos pós-graduandos e dos estudantes em geral nos espaços de controle social da saúde (conselhos e conferências), com a ressalva de que a militância não deve se limitar apenas a tais espaços institucionais.
6. Defesa da residência médica, das residências em área profissional e da residência multiprofissional como melhores maneiras de formar profissionais qualificados; defesa do financiamento adequado e de mecanismos de gestão eficazes dessa política pública; repúdio ao uso de residentes e demais pós-graduandos como "mão-de-obra barata".
7. Combate ao trabalho não-remunerado ou mal-remunerado sob a forma de estágio/especialização. Toda formação pós-graduada na área da saúde por meio de treinamento em serviço deve ser dignamente remunerada e deve seguir a regulamentação das residências.

8. Luta pela adequação da formação em saúde às reais necessidades da população brasileira, inclusive com problematização dos determinantes sociais da saúde, em especial a questão do trabalho. Redução da jornada de trabalho sem redução de salários.
9. Obrigatoriedade da pergunta "onde você trabalha?" nos protocolos de todas as consultas médicas como forma de trazer informações sobre possíveis relações da doença com o ambiente de trabalho; por um INSS que priorize a necessidade do trabalhador incapacitado; permissão a acompanhante do sindicato ou médico particular durante as perícias do INSS.
10. Repúdio a qualquer forma de terceirização de serviços públicos de saúde, por considerá-la prejudicial ao interesse público e danosa à força de trabalho. Repúdio às Fundações Estatais de Direito Privado, por considerá-las contrárias aos princípios do serviço público. Os trabalhadores do SUS devem ser servidores públicos concursados e regidos por Planos de Carreira, com remuneração justa.
11. Defesa da descriminalização do aborto e de sua realização pelo SUS, tendo em vista o grande número de mulheres que adoecem e morrem como consequência de abortos clandestinos.
12. Defesa das pesquisas com células-tronco, inclusive embrionárias, considerando seu potencial benefício à saúde humana.
13. Repúdio à indicação de representantes das empresas de biotecnologia como "representantes da sociedade civil" para órgãos públicos que regulam questões como os transgênicos.
14. Contra pesquisas que visam promover a eugenia e medicalizar os problemas sociais, beneficiando somente à indústria farmacêutica, através do mapeamento cerebral e subsequente psiquiatrização dos infratores.
15. Por um meio ambiente com ar, água e solo limpos para todos; uso da água deve ser prioritariamente para consumo humano e animal; pela universalização do saneamento básico como forma de prevenção às doenças; pela reciclagem do lixo.
16. Por melhores condições de segurança para os pós-graduandos nos laboratórios de pesquisa e por rigor no controle do descarte de resíduos perigosos.

Proposta de Movimento Nacional de PG

1. Implementação da licença-maternidade para as bolsistas CAPES E FAP'S, BEM COMO O CUMPRIMENTO PELO CNPQ; implementação em todas as agências de auxílio-maternidade e concessão de adiamento de prazo para as parturientes;
2. Implementação imediata de políticas previdenciárias para os pós-graduandos; contagem do período da bolsa como tempo de trabalho para fins de aposentadoria, sem que haja descontos no valor atual das bolsas para fins de contribuição previdenciária;
3. Mais investimentos em segurança no trabalho de laboratório e cuidado apropriado com o descarte de resíduos nos laboratórios e hospitais universitários;
4. Contra a cobrança de mensalidades e taxas de qualquer natureza nas universidades públicas;
5. Discussão, elaboração e implementação de uma norma ética nacional que estabeleça os limites dos programas de pós-graduação nas exigências que são

feitas aos estudantes de pós-graduação, evitando que sejam utilizados como mão-de-obra barata; denúncia dos casos de desrespeito e superexploração na relação orientador-orientando;

6. Aprovação imediata do Projeto de Lei dos Pós-Graduandos, que prevê uma política permanente de valorização e ampliação do sistema de formação de recursos humanos e preenche o vazio legal ocasionado pela extinção do Decreto 2370/97 (que desvinculou o valor das bolsas do salário dos docentes universitários);
7. Implementação efetiva de uma política de valorização e reposição gradual da defasagem no valor das bolsas de formação; realização de novo reajuste das bolsas ainda em 2008;
8. Isonomia nos valores das bolsas pagas pelas diversas agências;
9. Expansão imediata do número de bolsas CAPES e CNPq; maior equilíbrio na concessão de bolsas por região. Pelo cumprimento do PNPG;
10. Aumento do número de bolsas de formação no exterior; mais programas de cooperação internacional, com destaque para as nações emergentes, países ibero-americanos e de língua portuguesa; pagamento das bolsas em euro para estudantes da Comunidade Européia, frente à desvalorização do dólar em relação àquela moeda;
11. Na CAPES, pagamento de bolsas diretamente na conta bancária do bolsista;
12. Contra as tentativas de comprimir artificialmente o tempo de titulação de mestrandos e doutorandos; limitação do Programa Pós-graduação Integrada (PGI/CNPq), que visa a formação rápida de doutores, a 10% das bolsas do CNPq;
13. Critérios transparentes na concessão de bolsas, sob a supervisão de representantes discentes eleitos;
14. Normalização do pagamento das taxas escolares e de bancada aos bolsistas CAPES e CNPq.
15. Retorno do "auxílio-tese";
16. Reserva Técnica para alunos de doutorado da CAPES;
17. Realização urgente de novo concurso para contratação de docentes nas IFES, pelo Regime Jurídico Único e com Dedicção Exclusiva; reposição imediata de vagas de pessoal técnico-administrativo nos Hospitais Universitários;
18. Fortalecimento do fomento, em particular para jovens talentos e grupos emergentes; ampliação do financiamento pelos editais universais do CNPq, com introdução nesses editais de reservas de financiamento para áreas novas e grupos emergentes;
19. Adoção de medidas de estímulo à capacidade institucional de absorção de jovens doutores; ampliação do valor das bolsas e do número de beneficiados pelos programas de fixação de doutores PROFIX (Programa de Fixação de Recém-Doutores/CNPq) e PRODOC (Programa de Absorção Temporária de Doutores/CAPES); convênio CAPES/CNPq para o aproveitamento, em programas de pesquisa nas universidades, dos jovens doutores não-aprovados nos últimos editais PROFIX e PRODOC por falta de vagas;
20. Regulamentação mais estrita do ensino à distância, de maneira a garantir qualidade, emprego de titulados como docentes efetivos, liberdade acadêmica e atendimento às demandas regionais;

21. Implementação de planos de carreira que impeçam demissões arbitrárias nas particulares;
22. Garantia de remuneração para os docentes responsáveis pelas atividades complementares, orientação de TCCs e projetos de extensão; obrigatoriedade de supervisão por docente qualificado nos estágios básicos;
23. Mais bolsas de produtividade em pesquisa para recém-doutores;
24. Criação de indicadores atualizados que permitam conhecer o destino profissional de egressos da pós-graduação, bem como compreender as motivações, incentivos e barreiras ao emprego de pós-graduados em empresas;
25. Fortalecimento do Programa Primeiros Projetos (PPP) para jovens pesquisadores;
26. Valorização da pós-graduação stricto sensu nos concursos públicos para as diversas carreiras do setor público, sobretudo nas áreas de tomada de decisão;
27. Defesa de políticas que estimulem incentivos fiscais "Regulador de Incentivos Fiscais", como mecanismo para empresas ou pessoa física com intuito de fomentar fundos de apoio aos iniciantes na pós-graduação desprovidos de bolsas.

Movimento Nacional de Pós-Graduandos é Ciência e(m) Movimento

1. Diversificação dos mecanismos de financiamento da ANPG; emissão da carteira de identificação nacional do pós-graduando, a ser vendida em loja virtual; estender o convênio com a UNE por mais um ano, melhorando os mecanismos de controle das vendas;
2. Fortalecimento e ampliação da Mostra de Divulgação Científica da ANPG; realização do I Salão Nacional de Divulgação Científica da ANPG, em conjunto com entidades como a UNE e a Comissão Executiva Nacional dos Grupos PET (CENAPET);
3. Reivindicar para a ANPG assento, com direito a voz e voto, no CD/CNPq; lutar pela representação dos estudantes no Conselho Nacional de Ciência & Tecnologia (CCT), no Conselho Deliberativo do FNDCT e nos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais; reivindicação de maior espaço para o movimento de pós-graduandos em conselhos de órgãos de fomento estaduais;
4. Ampliação das vagas e elevação a um novo patamar da intervenção da ANPG no Conselho Técnico-científico (CTC) e no Conselho Superior (CS) da CAPES, com maior publicização para o conjunto do movimento de nossa participação nesses importantes espaços;
5. Continuidade da participação da ANPG nos Conselhos de Juventude e de Saúde, de maneira a defender a educação pública de qualidade (e a formação científica), os direitos dos jovens e um modelo de saúde consoante com os princípios do SUS e com os avanços da gestão Lula no que tange à integralidade/multidisciplinaridade;
6. Maior coletivização do debate sobre a participação da ANPG nos conselhos onde tem assento, bem como no processo recém-instituído de indicação, pela entidade, de nomes para o Conselho Nacional de Educação;
7. Fortalecimento do trabalho da ANPG na área internacional; continuidade de nossa presença na OCLAE; articulação com o movimento internacional de pós-graduandos, com entidades similares e com entidades estudantis e de trabalhadores de regiões receptoras de brasileiros no exterior, buscando

- acompanhar a atividade de bolsistas em intercâmbio, defendendo seus direitos e contribuindo para amenizar a “fuga de cérebros”;
8. Revitalização da pg-net (lista do movimento de pós-graduandos); divulgação da lista em todos os programas;
 9. Produção de um jornal eletrônico mensal, e atualização da página da ANPG semanalmente; redimensionamento da presença da ANPG na internet, contemplando a criação do Portal dos Pós-Graduandos, com biblioteca virtual de teses e dissertações e catálogo virtual dos cursos de pós-graduação reconhecidos;
 10. Presença mais constante – se possível através de assessoria profissionalizada – no Congresso Nacional;
 11. Consolidação da *Revista da ANPG – Ciência, Tecnologia e Políticas Educacionais*, envolvendo mais as APGs nessa obra coletiva; manutenção da linha editorial da revista e aprovação das mudanças pontuais no regulamento recomendadas pelo Conselho Editorial;
 12. Realização pela ANPG, em conjunto com SBPC, Capes e CNPq, de concurso nacional de teses e dissertações;
 13. Auxílio da ANPG no sentido de reforçar a representação discente nos órgãos colegiados das universidades;
 14. Denúncia junto às autoridades competentes do comércio de teses e dissertações, hoje disseminado pela internet – atividade que uma biblioteca virtual nacional completa também ajudaria a coibir;
 15. Agilidade na interlocução da ANPG com as APG's e vice-versa;
 16. Campanha de criação de novas APG's, com responsável designado para o acompanhamento em cada região e prioridade para o Norte e Nordeste;
 17. Articulação da ANPG com as federações de cursos e fóruns de entidades de área, reforçando sua presença em movimentos setoriais como o da residência médica; estudar a possibilidade de criação de comissões ou diretorias da ANPG voltadas a cada área do conhecimento; reivindicação de assentos em conselhos e demais fóruns de cada área;
 18. Estímulo à criação de grupos de estudo sobre Educação, Ciência, Tecnologia & Sociedade, de forma a desenvolver uma visão crítica sobre o tema; mais elaboração sobre a temática da ética em pesquisa;
 19. Participação da ANPG na Semana Nacional de C&T, como parceira do Ministério e incentivando a inscrição de atividades da rede do movimento de pós-graduação;
 20. Reedição do livro sobre a História da ANPG, atualizando a obra com as gestões que não constam da primeira edição;
 21. Realização de uma campanha para recolher a documentação da ANPG referente às gestões entre 1987 e 2004, para que possamos completar os registros de todas as diretorias da Associação;
 22. Campanha nacional junto aos reitores das universidades para garantir espaços para a representação estudantil dos pós-graduandos nos conselhos e espaços deliberativos e consultivos das instituições;
 23. Realização de pelo menos 2 Conaps durante a gestão e de, pelo menos, 4 reuniões de diretoria presenciais;
 24. Parcerias com entidades e órgãos governamentais em torno de uma campanha pela modernização e melhoria do ensino de ciências nas escolas;

25. Criação de programa da ANPG na TV Universitária (canal a cabo);
26. Participação da ANPG no projeto de integração da Plataforma Lattes com a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict);
27. Participação da ANPG no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública;
28. Participação da ANPG na Conferência Nacional de Direitos Humanos e, por meio das APGs, em suas etapas estaduais e regionais;
29. Mudanças estatutárias para transformar a diretoria de residência médica em diretoria de saúde, oficializar a diretoria de eventos como diretoria de cultura e eventos e atribuir poderes ao CONAP para substituir até 25% da diretoria caso os cargos estejam vagos por renúncia ou outros impedimentos, automatizando ainda a substituição do presidente pelo vice-presidente;
30. Participação da ANPG na campanha pelo Plebiscito Oficial da Vale do Rio Doce.